

PROJETO DE LEI Nº 8, DE 31 DE MARÇO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a contratar Operação de Agência de Fomento do Paraná S.A. e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar operação de crédito junto a AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A., até o limite de R\$ 17.079.182,94 (dezessete milhões, setenta e nove mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos).

Parágrafo único. As operações de crédito estão condicionadas à obtenção pelo Município de autorização para a sua realização, observada a legislação vigente, em especial as normas aplicáveis ao endividamento público, a Lei Complementar nº 101/2000 e Resoluções do Senado Federal.

- Art. 2º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada obedecerão aos normativos das autoridades monetárias federais, e em especial à Resolução do Senado Federal e às normas específicas da Agência de Fomento do Paraná S.A.
- **Art. 3º.** Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei, serão destinados, tão somente, para as seguintes finalidades:
 - I próprios do Executivo Municipal;
 - II pavimentação de vias.
- Art. 4º Em garantia das operações de crédito de que trata esta Lei, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a outorgar à Agência de Fomento do Paraná S.A. as parcelas que se fizerem necessárias da quota-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de





Servicos de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, ou tributos que os venham a substituir, em montante necessário para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, conforme previsão contratual.

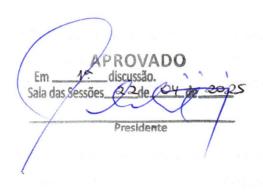
- Art. 5º Os recursos provenientes das operações de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento (PPA, LDO e LOA) ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.
- Art. 6º Os orcamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativo(s) ao(s) contrato(s) de financiamento a que se refere o artigo primeira contrato(s) de financiamento a que se refere o artigo primeiro.
- Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, suplementares ou especiais, para viabilizar as operações de crédito, até o limite fixado no artigo 1º desta Lei, e para fazer face às receitas e às despesas provenientes das operações de crédito.
- Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, em órgão oficial do Município.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 31 de março de MUNICIPIO DE CAMPO LARGO Assinado Digitalmente por: MAURICIO ROBERTO RIVABEM ***.772.409-** 01/04/2025 16:28:31

2025.

Maurício Rivabem

Prefeito Municipal



A SANÇÃO

is das Sessões 28 u slul, 3025

Presidente